

Teologia das Religiões 2

**Denise Pereira
(Organizadora)**

Denise Pereira
(Organizadora)

Teologia das Religiões 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T314	Teologia das religiões 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Teologia das Religiões; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-386-6 DOI 10.22533/at.ed.866190706 1. Religião. 2. Teologia – Estudo e ensino. I. Pereira, Denise. II.Série CDD 200.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A teologia das religiões vem ganhando destaque na contemporaneidade. Deste modo a Editora Atena, realiza uma edição, dirigida especialmente a quem dá os primeiros passos acadêmicos nos estudos teológicos, acolhe neste e-book a proposta de responder no meio de tantas questões que surgem do debate teológico das e sobre as religiões, quais seriam os caminhos mais adequados para nos situarmos. Os diversos autores investigam as questões mais prementes e que nos tocam mais de perto, tendo em vista a diversidade de contextos eclesiais e acadêmicos em que cada pessoa ou grupo está envolvido.

E se propõem a mostrar o que pesquisadores da religião, de diferentes áreas: teologia, sociologia, história e antropologia, ao analisarem o que diferentes confissões e partes do mundo, estão dizendo a respeito do tema.

Desde o século XIX, a teologia das religiões tem desafiado a cientistas da religião, a observarem os encontros e o desencontros do cristianismo com as demais religiões.

A perspectiva pluralista das religiões interpela fortemente o mundo atual e, particularmente, o contexto teológico latino-americano, especialmente pela sua vocação libertadora e pelos desafios que advém de sua composição cultural fortemente marcada por diferenças religiosas que se interpenetram nas mais diferentes formas. A Teologia Latino-Americana da Libertação, dentre os seus muitos desafios, tem elaborado uma consistente reflexão sobre os desafios do pluralismo religioso.

Sendo assim, “Teologia das Religiões” é uma abordagem impactante, por vezes, controverso e até mesmo conflitivo, os autores consideram que apresentar um leque de diferentes autores e perspectivas seria uma contribuição significativa e relevante.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DESPEDIDA DA METAFÍSICA E O CRESCIMENTO DOS SEM RELIGIÃO	
Omar Lucas Perrout Fortes de Sales Clóvis Ecco	
DOI 10.22533/at.ed.8661907061	
CAPÍTULO 2	8
CATOLICISMO E OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES : O EMBATE ENTRE A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A HERMENÊUTICA DA CONTINUIDADE NO CATOLICISMO ROMANO E BRASILEIRO	
Alfredo Moreira da Silva Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.8661907062	
CAPÍTULO 3	21
A BÍBLIA HEBRAICA NA TRADIÇÃO RABÍNICA: UMA ABORDAGEM ACERCA DA LITERATURA JUDAICA	
Daniela Susana Segre Guertzenstein	
DOI 10.22533/at.ed.8661907063	
CAPÍTULO 4	35
A COMUNICAÇÃO E AS DIFERENÇAS CULTURAIS PERCEBIDAS: LENTES PARA COMPREENDER OS ENCONTROS ENTRE JESUS, A MULHER SAMARITANA E OS BRASILEIROS	
Marcelo Eduardo da Costa Dias	
DOI 10.22533/at.ed.8661907064	
CAPÍTULO 5	46
A IMANÊNCIA E A TRANSCENDÊNCIA NA OBRA DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA	
Marcos Benaia Oliveira Ferreira Maria Aparecida Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.8661907065	
CAPÍTULO 6	52
A LEI DE PAULO E O “VÍCIO FORMAL”: A UNIVERSALIZAÇÃO PAULINA E A IMPESSOALIDADE DA CRENÇA COMO BASES PARA A RACIONALIDADE OCIDENTAL	
Giuliano Martins Massi	
DOI 10.22533/at.ed.8661907066	
CAPÍTULO 7	60
A PERSPECTIVA RELIGIOSA DE ADOLESCENTES INFRATORES DA GRANDE BELÉM	
Weslley Cardoso de Sousa Jessica Rocha de Souza Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.8661907067	
CAPÍTULO 8	73
A REFORMA PROTESTANTE ONTEM E HOJE	
Mayumi Busi	
DOI 10.22533/at.ed.8661907068	

CAPÍTULO 9	82
A UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS POR LÍDERES RELIGIOSOS E A PERCEPÇÃO DE SEUS SEGUIDORES VIRTUAIS	
Peter Michael Alves Rodrigues Ramos Edvaldo Leal Filho	
DOI 10.22533/at.ed.8661907069	
CAPÍTULO 10	94
A VISIBILIDADE MIDIÁTICA E A PÓS MODERNIDADE AS RELIGIÕES E AS REDES SOCIAIS	
Maria Neusa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.86619070610	
CAPÍTULO 11	105
ANA PAULA VALADÃO: POLÊMICAS MIDIÁTICAS NA RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E GÊNERO	
Miriã Joyce de Souza Sales Capra	
DOI 10.22533/at.ed.86619070611	
CAPÍTULO 12	116
CATOLICISMO POPULAR: A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO NO MUNICÍPIO DE MONTE DO CARMO-TOCANTINS	
Valdir Aquino Zitzke	
DOI 10.22533/at.ed.86619070612	
CAPÍTULO 13	128
FESTA DE SANT'ANA: UMA CULTURA COMO CRENÇA NA CIDADE DE PONTA GROSSA – PR	
Denise Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.86619070613	
CAPÍTULO 14	138
CELEBRAR PARA VENCER: RELIGIOSIDADE NO FUTEBOL	
Osvaldo Fiorato Junior	
DOI 10.22533/at.ed.86619070614	
CAPÍTULO 15	152
CONSIDERAÇÕES SOBRE A AUTONOMIA CORPORAL DAS PESSOAS TRANSEXUAIS NO PRISMA JURÍDICO-RELIGIOSO DA REPÚBLICA MUÇULMANA DO IRÃO*	
Paulo Adroir Magalhães Martins	
DOI 10.22533/at.ed.86619070615	
CAPÍTULO 16	160
CONTRA A “MÁ IMPRENSA” A “BOA IMPRENSA”: PERIÓDICOS A SERVIÇO DA IGREJA CATÓLICA	
Andressa Paula	
DOI 10.22533/at.ed.86619070616	
CAPÍTULO 17	171
DE MORNENSE A SÃO PAULO: A EDUCAÇÃO CATÓLICA DAS FILHAS DE MARIA AUXILIADORA E A CRIAÇÃO DO COLÉGIO DE SANTA INÊS (1908-1934)	
Julia Rany Campos Uzun	
DOI 10.22533/at.ed.86619070617	

CAPÍTULO 18	182
DO QUE RIEM OS PENTECOSTAIS?: REFLEXÕES SOBRE OS NOVOS HUMORISTAS GOSPELS NA GRANDE REDE	
Wesley Silva Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.86619070618	
CAPÍTULO 19	193
IDENTIDADE ESPÍRITA NO BRASIL E EM PORTUGAL: UMA COMPARAÇÃO INSTITUCIONAL	
Jose Pedro Simões Neto	
DOI 10.22533/at.ed.86619070619	
CAPÍTULO 20	212
JUSTIÇA TOMISTA NO SÉCULO XXI?	
Moacir Ferreira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.86619070620	
CAPÍTULO 21	218
LO RELIGIOSO COMO ORDEN SOCIAL Y COMO EXPERIENCIA SUBJETIVA. CONSIDERACIONES ONTOGENÉTICAS	
Manuel Martínez Herrera	
DOI 10.22533/at.ed.86619070621	
CAPÍTULO 22	232
O TARÔ E A PRÁTICA ORACULAR NA ERA DA MEDIATEZADAÇÃO ESPIRITUAL	
Kelma Amabile Mazziero de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.86619070622	
CAPÍTULO 23	244
OS ITINERÁRIOS DA EDUCAÇÃO CATÓLICA NO TOCANTINS: 1904 A 1988	
César Evangelista Fernandes Bressanin	
Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.86619070623	
CAPÍTULO 24	254
ROLO DE GRAVURA (<i>PICTURE ROLL</i>) E A ESTRATÉGIA ADVENTISTA DE EVANGELIZAÇÃO INFANTIL E GLOBAL ENTRE 1915 E 1999	
Elder Hosokawa	
Cleyton Ribeiro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.86619070624	
CAPÍTULO 25	268
SANTOS, ÍNDIOS E MALANDROS NO CULTO DE MARIA LIONZA	
Daniela Calvo	
DOI 10.22533/at.ed.86619070625	
CAPÍTULO 26	281
UM CANDEEIRO DE SOFIA: O CASO DA IGREJA RASTAFÁRI E SEU LÍDER, RAS GERALDINHO	
Osvaldo Fiorato Junior	
DOI 10.22533/at.ed.86619070626	

CAPÍTULO 27 290

“POBRES ENTRE OS POBRES, MARGINALIZADOS ENTRE OS MARGINALIZADOS, OS ELEITOS DE DEUS”: MESSIANISMO E POBREZA ENTRE OS ISRAELITAS DA NOVA ALIANÇA NA AMÉRICA LATINA

[Lucía Eufemia Meneses Lucumí](#)

DOI 10.22533/at.ed.86619070627

SPBRE OS ORGANIZADORES 314

CONSIDERAÇÕES SOBRE A AUTONOMIA CORPORAL DAS PESSOAS TRANSEXUAIS NO PRISMA JURÍDICO-RELIGIOSO DA REPÚBLICA MUÇULMANA DO IRÃO*

Paulo Adroir Magalhães Martins

Doutorando em Direito pelo PPGD *stricto sensu* da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – Campus Santo Ângelo Santo Ângelo – RS

RESUMO: Utilizando o método de procedimento sócio-analítico e a abordagem dedutiva, a presente pesquisa visa analisar a influência da comunicação dos discursos religiosos e jurídicos como mecanismos de controle social da autonomia corporal e identidades das transexuais na República Muçulmana do Irão. A pesquisa inicia abordando o processo de expressão identitária e delimitação das identidades transexuais, para então, apresentar os efeitos do discurso jurídico-religioso iraniano na significação do corpo da pessoa transexual no contexto social. A partir do estudo realizado, percebe-se a grande influência dos discursos religiosos e jurídicos não apenas na concepção das identidades transexuais e autonomia individual sobre o corpo, mas também na sua aceitação e no reconhecimento no meio social, situação esta que acaba por segregar e agredir as expressões identitárias diversas daquelas nos sistemas significação cultural iraniano. Evidencia-se no Irã não um reconhecimento patológico, mas outro igualmente equívoco da transexualidade, como uma “cura” para a

homossexualidade, esta é considerada um crime passível de pena de morte no país, situação que não permite o devido reconhecimento das pessoas transexuais no contexto social, perpetuando mais casos de violência e agressão contra elas.

PALAVRAS-CHAVE: Transexualidade. Irã. Discurso jurídico-religioso.

THOUGHTS ON TRANSEXUALS PEOPLE BODILY AUTONOMY IN LEGAL AND RELIGIOUS PRISM OF MUSLIM REPUBLIC OF IRAN

ABSTRACT: Using the method of socio-analytical procedure and deductive approach, the present study aims to analyze the influence of the communication of religious and legal discourses as social control mechanisms of bodily autonomy and identities of transsexuals in the Muslim Republic of Iran. The research begins by approaching the process of identity expression and definition of transsexuals identities, to then present the effects of legal and religious discourse in Iran on the significance of transsexual people body in social context. From the study, it is perceived the great influence of religious and legal discourse not only in the conception of transsexual identities and individual autonomy on the body, but also in its acceptance and recognition in the social environment, and this situation is which

ultimately segregate and harm the various identities of those expressions in cultural significance Iranian systems. It is evident in Iran, not a pathological recognition, but other also misunderstanding of transsexuality as a “cure” for homosexuality, which is considered a crime punishable by death in the country, a situation that does not allow due recognition of transsexual in the social context, perpetuating more cases of violence and aggression against them.

KEYWORDS: Transsexuality. Iran. Juridical and religious discourse.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ser humano, no decorrer do desenvolvimento da espécie, adaptou-se ao meio ambiente e transformou-o. Entretanto, mais relevante do que isso é refletir que os indivíduos são criaturas sociais e que esta adaptação ao mundo depende das relações produzidas, as quais são imprescindíveis à coletividade para se evidenciar a humanidade da humanidade. A vida em sociedade prevê a efetividade de alguns acordos no convívio do grupo social para que o cotidiano seja mais ordenado e as relações entre os seus componentes mais pacífica. Porém, com o passar das eras, as relações entre os indivíduos foram sendo construídas a partir de hierarquizações de poder que acabaram por gerar desigualdades na vida em sociedade.

Neste contexto, os corpos das pessoas remontam a construção de suas identidades e com isso a relação de inclusão/exclusão da vida pública numa profunda desigualdade nas relações entre diferentes dos moldes dominantes, situação essa naturalizada no seio social. O debate acerca das disposições sobre o corpo humano, principalmente sobre o designativo sexual deste, somente entrou no cerne dos debates públicos quando se iniciaram os processos de devido reconhecimento das identidades como seres humanos libertos do estigma de submissão, livres para decidirem sobre seus corpos e suas vidas.

Com o advento da pós-modernidade, a sociedade fragmentou o indivíduo que antes era tido como um sujeito unificado, em diversas expressões identitárias, constituindo o que Stuart Hall (2014) determina como “crise de identidade”. Assim, o indivíduo que antes era considerado como um ser de identidade única, tornou-se um indivíduo que altera entre papéis identitários tanto em contextos cotidianos como na plenitude de sua vivência ao longo de seu tempo de vida. Nessa sociedade em que se evidencia o fenômeno da “crise de identidade”, a qual deveria presar pela diversidade e multiculturalidade, evidencia-se, cada vez mais, o surgimento de identidades calcadas nas expressões das sexualidades e dos papéis de gênero. Eis que, em pleno século XXI, a sociedade depara-se com identidades sexuais mutáveis e ambíguas, gerando questionamentos, mudanças e fragmentações que compõe parte da crise identitária (WOODWARD *in* SILVA [Org.], 2000). A problemática ocorre que essas novas identidades, as quais no decorrer do texto serão referenciadas como identidades sexuais ou identidades de gênero, não recebem o reconhecimento devido.

Há diversos mecanismos de controle sobre o corpo e a identidade sexual de cada um, sendo que um destes mecanismos mais eficazes é o discurso religioso que afeta as normas de convivência e jurídicas, principalmente, em países teocráticos, como é o caso da República Muçulmana do Irão. Então, o presente trabalho pretende abordar, inicialmente, a construção e significação identitária, em específico a característica sexual de transexuais, após apresenta-se breves considerações acerca da influência dos discursos religiosos e normativos na autonomia da vontade dos corpos, por fim, informa-se o tratamento das mulheres transexuais no estado iraniano.

2 | IDENTIDADES E TRANSEXUALIDADE

A importância da determinação da identidade nas relações sociais remete à forma como é reconhecido e tratado o indivíduo em sua interação com outro. Ao tratarmos da identidade, não podemos cair no erro de confundi-la com a identificação. Enquanto que a identidade tem o objetivo a busca de autocompreensão do indivíduo no meio social a partir de sistemas simbólicos de identificação, a identificação é um processo que implica em perda parcial da identidade pessoal em benefício da confusão em algo ou alguém (RESTA, 2014). O processo de identificação é como cada indivíduo projeta a sua identidade na sua cultura, renunciando a parte de identidade individual na elaboração de uma identidade coletiva (HALL, 2014).

A identidade é o produto da intersecção de diversos fatores em um indivíduo, entre aqueles encontra-se o discurso político e cultural, bem como a história particular de cada um. A identidade é composta pela interação entre o indivíduo e a sociedade, aquele é estruturado e alterado pelas interações com as outras culturas além da sua e outras identidades na sociedade (HALL, 2014).

A identidade é racional e marcada pela diferença, pois evidencia um processo de exclusão lógica para a determinação identitária a partir do corpo, das interações sociais e dos objetos que usa. Stuart Hall (*in* SILVA[Org.], 2000) leciona que as identidades são construídas pela interação entre indivíduos por meio do processo da diferença, logo, não se pode separar identidade e diferença. A diferença, além de imprescindível no processo de construção identitário, é reproduzida através de sistemas simbólicos. Nesse sentido, destaca Tomaz Tadeu da Silva (*in* SILVA[Org.], 2000, p. 84) “[...] como a definição da identidade depende da diferença, a definição de normal depende da definição de anormal.”

Contrariamente ao senso comum, o qual considera a diferença como um produto da identidade, na realidade, ambas são produtos linguísticos inter-relacionados das criações culturais de uma sociedade. Ambas estão sujeitas aos sistemas de significado nos quais obtêm os seus sentidos. Entretanto, no momento em que os valores culturais das sociedades estão inseridos nos sistemas de significado, eles necessitam de um sistema classificatório dos valores para obtenção de significados. “[...] as culturas

fornecem sistemas classificatórios, estabelecendo fronteiras simbólicas entre o que está incluído e o que está excluído, definindo, assim, o que constitui uma prática culturalmente aceita ou não” (WOODWARD *in* SILVA [Org.], 2000, p. 49).

A construção da identidade é tanto simbólica quanto social, haja visto que este processo gera efeitos materiais nas relações interpessoais. A diferença, nas relações sociais, decorre de sistemas classificatórios determinados pelos valores dominantes na cultura de uma sociedade, produzindo, assim, o significado da identidade. “O sujeito é produzido ‘como um’ efeito do discurso e no discurso, no interior de formações discursivas específicas, não tendo qualquer existência própria” (HALL *in* SILVA [Org.], 2000, p. 119-120).

Tanto a expressão da identidade, como a marcação da diferença são formas de relação social, estando sujeitas as relações de poder. As relações de poder demonstram que o poder regulatório forma os sujeitos que controla, aquele não é simplesmente imposto externamente, mas possibilita o meio para regular e normatizar os sujeitos formados. “A constituição de uma identidade social é um ato de poder, pois se uma identidade consegue se afirmar é apenas por meio da repressão daquilo que se ameaça” (LACLAU *apud* HALL *in* SILVA [Org.], 2000, p. 110).

A identidade do indivíduo na pós-modernidade é multifacetada. Cada indivíduo possui diversas características que compõe a identidade, as quais no entendimento de Eligio Resta (2014), são as características profissional, estatal, de classe, sexual, consciente, inconsciente e privada. As características da identidade são concebidas em uma relação de poder, bem como não são fixas ou permanente, são fluídas e mutáveis em razão da representação do sujeito nos sistemas culturais de representação e significação.

A expressão da identidade sexual é medida a partir de significados culturais a respeito do gênero e da sexualidade produzidos pelo sistema dominante de representação, no qual é a heterossexualidade que constrange e hostiliza as identidades que não se adéquam aos seus padrões. Tal demonstra a relação entre o social e o simbólico da identidade. O processo de construção da identidade sexual pessoal de cada indivíduo envolve uma conexão entre práticas discursivas específicas à cultura de uma sociedade, e os significados que estas dão às expressões sexuais, e a autorregulação normativa do sujeito. Os sujeitos têm a sua identidade sexual construída dentro de um discurso, geralmente a lei, pois neste a sua relação de poder fica evidente, permitindo o seu livre exercício do direito identitário ou não, dependendo dos valores culturais (BUTLER *in* LOURO [Org.], 2000).

Conforme determina a Sexologia Médico-legal, a característica sexual da identidade de uma pessoa é determinada por quatro fatores: genético, endócrino, morfológico e psicológico. Nesse sentido, Odon Ramos Maranhão (1995, p. 127) afirma que “[...] não se pode mais considerar o conceito de sexo fora de uma apreciação plurivetorial”. Assim, evidencia-se que o sexo é resultante de diversos fatores que agem de forma concorrente nos planos físico, psicológico e social.

A pessoa transexual encara diversas dificuldades para garantir a sua expressão identitária sexual, devido à existência de uma comum fixação da ideia que, a identidade de gênero é considerada apenas pelas características determinadas por fatores biológicos e não o resultado de diversos fatores que ultrapassam a forma física humana. Na maioria das pessoas, a característica identitária sexual psíquica é um reflexo da sua expressão biológica, havendo o perfeito sincronismo entre as características anatômicas e o comportamento conforme o gênero (enquanto papel social estereotipado a partir da identidade sexual anatômica) a que pertence o indivíduo. Os indivíduos transexuais não apresentam essa sincronia, pois em seu desenvolvimento ocorre a rejeição de suas características sexuais anatômicas, gerando um intenso sofrimento face à discordância entre sua aparência e seu estado psíquico (VIEIRA *in* DIAS [Coord.], 2011). Ensina Michel Foucault (1992) que o próprio corpo é apenas o significante da subjetividade do indivíduo, não o seu significado, sendo incapaz de determinar a identidade meramente por aspectos morfológicos. Stuart Hall (HALL *in* SILVA [Org.], 2000) aborda, também, a dicotomia entre a realidade biológica e a realidade psíquica social de um indivíduo, situação dos transexuais, remetendo que a identidade, em especial a sua característica sexual, de um indivíduo decorre essencialmente de suas relações sociais e seu íntimo subjetivo psicológico.

3 | A TRANSEXUALIDADE NA REPÚBLICA MUÇULMANA DO IRÃ

A República Islâmica do Irã, apesar de ser um dos Estados membros fundadores da Organização das Nações Unidas, sofre diversas críticas em razão da aplicação, ou melhor, da falta de aplicação dos direitos humanos em sua circunscrição territorial. Sendo aquele um país cujo o sistema de governo é um misto de democracia parlamentar com teocracia religiosa regida por clérigos nacionais, em especial o líder supremo o Aitolá, a quem estão submetidos os poderes executivo, legislativo e judiciário (ALMANAQUE ABRIL, 2005.).

Em decorrência da expressa proibição de práticas homossexuais, a lei Iraniana através do Ato de Punição Islâmico, prevê diversos tipos penais e sanções cruéis e desumanas conforme o Relatório do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU, 2001). Na realidade, há uma evidente heteronormatividade machista cultural dominante que, entretanto, não gera nenhum óbice ou punição penal, civil ou religiosa contra os procedimentos para a redesignação sexual, uma vez que não muda a “essência” da pessoa, considera-se apenas uma mudança de forma física (NAJMABADI, 2011).

Entretanto tal situação não foi sempre assim, no governo pós-revolução de 1979, inicialmente as pessoas transexuais eram alvo da polícia religiosa e de forte discriminação, e se não fosse pela determinação e persistência da ativista Maryam Hattom Molkara que conseguiu do Aiatolá Ruhollah Khomeini um *fatwa* (um decreto

religioso e legal) que permitia a redesignação sexual (TAIT, 2005). O *Fatwa* original foi reconfirmado pelo atual Aiatolá e outros diversos clérigos (BARFORD, 2008), e atualmente o governo iraniano oferece uma ajuda custo de metade do valor do tratamento. Ocorre que, como sendo um país que impossibilita a homossexualidade, por proibição expressa no Alcorão, trata-se a transexualidade, e sua identidade, como uma alternativa a esta situação.

Na verdade, trata-se a homossexualidade como uma patologia e a transexualidade, através dos procedimentos de redesignação sexual, como a “cura” daquele, inclusive essa aceção é amplamente difundida pelos membros do clero islâmico, que nas palavras do clérigo responsável pela supervisão dos transexuais, Hojatol Islam Muhammad Mehdi Kariminia (BARFORD, 2008, tradução nossa): “O Islã tem uma cura para esse problema. Se querem mudar de gênero, o caminho é livre”.

No decorrer do tratamento a pessoa deve se vestir e portar de acordo com o seu sexo morfológico, ou seja, o sujeito transexual, via de regra, não pode exercer a sua identidade. Entretanto, a pessoa transexual pode buscar a permissão do governo local para se vestir da maneira que almeja depois da cirurgia de transvaginação, caso contrário a polícia moral poderá prendê-la, eis que incorrerá nos tipos penais de homossexualidade previsto no Ato de Punição Islâmico, situação esta que poderá acabar em morte. Para poder passar pela cirurgia de redesignação deve-se comprovar ao governo por exames genéticos ou ingestão de hormônios que a pessoa já apresenta características do outro sexo para se submeter à operação, eis que cada um dos transexuais possui um dossiê de seu caso na Secretária de Saúde Pública (TRANSEXUAL, 2008).

Ao final de todo o procedimento, é expedida nova certidão de nascimento com novo nome e novo sexo jurídico, superando-se por completo o documento original. Eis que com esse novo documento a pessoa transexual iraniana está sujeita às leis de seu novo gênero, devendo portar-se como tal e manter um comportamento discreto (BARFORD, 2008), mas ainda assim evidencia-se preconceito e discriminação contra quem assim se expressa, sendo que essas pessoas se encontram a margem da sociedade. Destaca-se que as transexuais, além da violência psicológica e cultural das mulheres iranianas, estão constantemente sujeitas a abusos e violações de sua integridade física por monstros revestidos da pelagem humana.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Irã, apesar de haver um fatwa autorizando a realização do procedimento de redesignação sexual no caso das transexuais, ele apenas o faz como uma forma de manutenção da heteronormatividade e de supressão da homossexualidade. Para haver a efetividade dos direitos das pessoas transexuais, deve-se buscar a autorização do governo e clérigos locais para garantir o respeito inerente ao ser humano. O

ordenamento jurídico-religioso iraniano ainda entende a transexualidade como uma alternativa à homossexualidade, numa confusão de identidades sexuais. Apesar de o governo do Irã auxiliar no custo de apenas a metade do procedimento cirúrgico de transvaginação, o país, mesmo assim, é o segundo maior país em número de cirurgias de redesignação sexual, perdendo apenas para a Tailândia, o Estado, então, expede-se um novo registro em razão do processo de redesignação sexual.

É evidente que o Estado Iraniano é mais teocrático que democrático, em vista da grande manifestação de indivíduos que buscam a redesignação sexual e mesmo assim evidencia-se um desrespeito a diversidade sexual do mundo contemporâneo. Entretanto, muitos desses que buscam o tratamento, são na verdade homossexuais, e não transexuais, que por medo da pena capital por expressar sua derradeira identidade sexual se resignam a uma vida de infelicidade e arrependimento na esperança de sobreviver.

Enquanto prevalecer no Irã um fundamentalismo religioso que perpetue a discriminação contra a diversidade sexual e o devido respeito às identidades sexuais, as pessoas transexuais iranianas continuarão a sofrer abusos e violências. Para o livre exercício de seus direitos e reconhecimento social devido, as pessoas transexuais devem haver garantidos uma série de preceitos dos direitos humanos, entre eles a disposição sobre o próprio corpo, à sua integridade física e moral, à saúde física e emocional, à sua intimidade, à privacidade, ao nome, à igualdade e à liberdade de livre expressão sexual, os quais são protegidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento de ordem internacional das Nações Unidas, órgão de Direito Internacional cujo Irã é membro, mas que continua a explicitar afirmando que esses não são direitos humanos condizentes com a religião do paradigma cultural muçulmano.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE ABRIL – Edição Brasileira. São Paulo: Abril, 2005.

BARFORD, Vanessa. Iran's 'diagnosed transsexuals'. **BBC News**, Londres, 25 fev. 2008. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/7259057.stm>>. Acesso em: 28 Jul. 2015.

BUTTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. IN: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-179.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

_____. Quem precisa de identidade? IN: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

NAJMABADI, Afresh. Verdicts of Science, Rulings of Faith: Transgender/Sexuality in Contemporary

Iran. **Social Research**, Cambridge, v. 78, n. 2, p. 1-24, jun./ago. 2011. Disponível em: <<http://dash.harvard.edu/handle/1/4905099>>. Acesso em: 28 Jul. 2015.

Organização das Nações Unidas - ONU. Conselho de direitos humanos das nações unidas. **Iran Country Report**. Relatório. Berlim, 2001. Disponível em: <http://www.ecoi.net/file_upload/mv100_cois2001-irn.pdf>. Acesso em: 28 Jul. 2015.

RESTA, Elisio. **Percursos da identidade**: uma abordagem jusfilosófica. Tradução Doglas Cesar Lucas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

SILVA, Tadeu Tomaz da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____(Org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

TAIT, Robert. A fatwa for transsexuals. **Saloon**. 2005. Disponível em: <http://www.salon.com/2005/07/28/iran_transsexuals/>. Acesso em: 28 Jul. 2015.

TRANSEXUAL In Iran. Direção e Produção: Tanaz Eshaghian. Londres: BBC, 2008. Documentário. Tradutora: Carolina Selvatici. Gemini Media. 51'33". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YoV0QsnE5rM>>. Acesso em: 28 Jul. 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. Transexualidade. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). **Diversidade Sexual e direito homoafetivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 412-424.

SOBRE A ORGANIZADORA

DENISE PEREIRA: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.